

INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NA EVIDENCIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO DAS EMPRESAS DO SETOR DE BENS INDUSTRIAIS DA BM&FBOVESPA

INFLUENCE OF THE CORPORATE GOVERNANCE LEVEL IN THE EVIDENTIATION OF THE FIXED ASSETS OF THE COMPANIES OF THE INDUSTRIAL SECTOR OF THE BM & FBOVESPA

Rosemar José Hall

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

E-mail: rosemarhall@ufgd.edu.br

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de verificar a influência da evidenciação do ativo imobilizado no nível de governança corporativa das empresas do setor de bens industriais da BM&FBovespa. Para tanto, levantou-se as informações contábeis evidenciadas nas demonstrações contábeis de 2011, de 34 empresas do setor de Bens Industriais listadas na BM&FBovespa. Apurou-se grau de evidenciação por meio da análise discriminante e da correlação de *Spearman*. Os resultados revelaram uma reclassificação do nível de governança das empresas estudadas, 58,8% das empresas permaneceu no mesmo grupo de governança, sendo que algumas empresas foram reclassificadas de um nível mais alto para outro inferior do nível de exigências da governança corporativa.

Palavras-chave: Governança Corporativa, Evidenciação, Ativo Imobilizado, CPC 27.

ABSTRACT

This article aims to verify the influence of the disclosure of fixed assets in the level of corporate governance of companies in the industrial goods sector of BM&FBovespa. For this purpose, the accounting information evidenced in the 2011 financial statements of 34 companies in the Industrial Property sector listed on the BM&FBovespa was collected. A degree of evidence was obtained by discriminant analysis and Spearman's correlation. The results revealed a reclassification of the governance level of the companies studied, 58.8% of companies remained in the same governance group, with some companies being reclassified from a higher level to a lower one than the level of corporate governance requirements.

Key words: Corporate Governance, Evidence, Fixed Assets, CPC 27.

1 INTRODUÇÃO

Em busca de reduzir os conflitos entre os agentes e os principais, descritos na Teoria da Agência (JENSEN; MECKLING, 1976), foram estabelecidas regras de governança corporativa (GC) para dirimir a assimetria informacional entre o agente e o principal (MARTINS; SILVA; NARDI, 2006). Ações mais transparentes pelas empresas são um dos fatores principais para a GC, valorizando a evidenciação contábil em um nível mais satisfatório (LANZANA; SILVEIRA; FAMÁ, 2006). Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2008), aumentar o valor da sociedade para os *stakeholders*, auxiliar na sua perpetuidade e apoiar o comportamento dos gestores para estarem de acordo com os objetivos dos acionistas são a finalidade das boas práticas de GC. Jordão et al. (2009) afirmam que as empresas e órgãos normatizadores estão buscando meios de promover uma maior evidenciação das informações disponibilizadas pelas empresas à sociedade e de melhorar a qualidade da informação por meio de melhores práticas de GC. Segundo esses autores, “uma maior evidenciação poderia reduzir os custos de capital, frutos das atividades de monitoramento, facilitar o processo de tomada de decisões e melhorar o nível de governança das empresas” (JORDÃO et al., 2009).

Nos Estados Unidos, os escândalos de empresas na década de 2000 levou a elaboração da Lei *Sarbanes_Oxley* (SOX) em 2002, que tem como principal objetivo melhorar a prestação de contas das empresas, melhorando o processo de governança corporativa, mudando as responsabilidades dos conselhos, comitês e diretores (BROWN; CAYLOR, 2006). No Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) criou, em dezembro de 2002, o Novo Mercado e os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa para empresas que buscam certificar suas práticas de governança corporativa. A ideia era que as empresas com tais práticas aumentassem a qualidade da informação e a sua credibilidade para com os investidores (GONÇALVES et al. 2008).

Um das formas de aumentar o poder de avaliação da qualidade da informação é a padronização dos dados contábeis nacionais e internacionais, por meio da convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), que no Brasil iniciou por meio da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com a Resolução nº 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que entre suas atribuições é responsável em emitir pronunciamentos técnicos para a contabilidade das organizações (CPC, 2012). A convergência para as normas internacionais teve sua consolidação efetiva com a com a

promulgação da Lei nº 11.638/07, que alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Leis das S/As).

Entre os vários pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, em 2009 foi emitido o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, que foi adequado à Norma Internacional de Contabilidade IFRS 16 – *Property, Plant and Equipment*. Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os *stakeholders* possam enxergar a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados e suas modificações (CPC, 2009).

Dessa forma, o presente estudo busca responder a seguinte questão problema: : qual a influência do nível de governança corporativa na evidenciação contábil do ativo imobilizado? Nesse sentido, este estudo tem como objetivo verificar a influência do nível de governança corporativa na evidenciação contábil do ativo imobilizado. O estudo se justifica considerando que o processo de conversão contábil às normas IFRS refletiu em diversas mudanças na forma de proceder ao reconhecimento, tratamento dos elementos patrimoniais e dos resultados das empresas, bem como a sua evidenciação (CUNHA et al., 2011). O controle do ativo imobilizado é essencial, pois em muitas empresas os investimentos nesses ativos afetam a estrutura organizacional e refletem em valores expressivos de custos e despesas (PEREIRA; ARAÚJO, 2006). Além disso, a GC é um tema que tem tido notável destaque, tanto no meio acadêmico quanto no meio empresarial (JORDÃO et al., 2009).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresenta-se a revisão da literatura para apoiar o desenvolvimento do trabalho. Primeiramente aborda-se a governança corporativa, em seguida a evidenciação contábil e por fim, os principais aspectos do CPC 27 - ativo imobilizado.

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa (GC) pode ser entendida como os princípios que dirigem o processo decisório dentro de uma organização, com o propósito de minimizar os problemas de “agência” (CARVALHO, 2002). De acordo com La Porta et al. (2000), a governança é definida como um conjunto de mecanismos utilizados pelos investidores externos para se

proteger de expropriações dos gestores internos. Nessa mesma direção, Shleifer e Vishny (1997) descrevem a GC com sendo um conjunto de mecanismos que os investidores estabelecem para assegurar o retorno do investimento realizado. Gonçalves et al. (2008, p.72) salientam que “a governança corporativa se manifesta quando os investidores requerem informações fidedignas sobre a gestão, inclusive quanto ao uso dos recursos à disposição dos gestores”.

A evolução e o crescimento das empresas levaram os proprietários a se distanciarem da gestão, contratando terceiros para a gestão das empresas. Quando isso ocorre, surgem divergências de informações ou assimetria informacional, resultando em conflitos de agência, conforme descrito por Jensen e Meckling (1976). Para Siffert Filho (1998), a GC trata sobre os sistemas de controle e monitoramento constituídos pelos *shareholders* de uma organização, de forma que os gestores tomem suas decisões sobre a alocação dos recursos de acordo com o interesse dos proprietários. Dessa forma, entende-se que a GC busca minimizar, senão resolver o problema de agência. De acordo com Lanzana (2004), considerando a existência de conflitos de agência entre o gestor e os investidores, é razoável supor que as características de governança corporativa justificam o *disclosure* (evidenciação).

A GC estabelece como será a relação das empresas com as partes interessadas e a qualidade de suas informações contábeis. Os elementos para a adequada governança são: a evidenciação, a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa (CREMERS; NAIR, 2005). Nesta perspectiva, Malacridas e Yamamoto (2006, p. 68) afirmam que a GC usa dos principais conceitos aplicados à contabilidade: “transparência (*disclosure*), equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa (sustentabilidade) para explicar e solucionar os conflitos existentes entre os interesses dos *stakeholders*”.

As práticas de governança Corporativa são descritas pela BM&FBovespa em níveis especiais de classificação no mercado de ações, em segmentos diferentes de listagem, ao qual as empresas aderem voluntariamente, visando melhorar a percepção das companhias pelos investidores, em relação à qualidade das informações prestadas. A BM&FBovespa (2012) define os níveis de Governança Corporativa da seguinte forma:

- a) Nível 1: exige que as empresas adotem práticas que favoreçam a transparência e também o acesso às informações pelos investidores;

- b) Nível 2: exige que as companhias, além das regras de transparência exigidas no Nível 1, contemplem também as de equilíbrio de direitos entre acionistas controladores e minoritários. As empresas listadas no Nível 2 têm o direito de manter ações preferenciais (PN);
- c) Novo Mercado: trata-se do mais elevado padrão de Governança Corporativa. As companhias listadas no Novo Mercado só podem emitir ações com direito de voto, as chamadas ações ordinárias (ON);
- d) Bovespa Mais: é um segmento especial de listagem para tornar o mercado acessível a um número maior de empresas, com empresas de pequeno e médio porte, as regras de listagem no Bovespa Mais são semelhantes às do Novo mercado, as empresas nele listadas assumem compromissos de elevados padrões de governança corporativa e transparência com o mercado.

Há empresas que não aderiram a nenhum desses quatro níveis de governança e ainda operam no mercado tradicional, onde há menores exigências de práticas de governança. As empresas listadas no Novo Mercado tendem a evidenciar melhores informações a seus usuários quando comparados com as empresas listadas nos outros níveis diferenciados da BM&FBovespa (GALLON; BEUREN; HEIN, 2007).

Depreende-se do exposto que as boas práticas de GC são dependentes, dentre vários fatores, de uma boa exposição das informações econômicas e financeiras das organizações.

2.2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

A contabilidade tem como finalidade fornecer informações úteis para auxiliar no processo de tomada de decisões (IUDÍCIBUS, 2004). Hendriksen e Van Breda (1999) descrevem a importância da contabilidade em prover os diversos usuários com informações úteis para o processo de tomada de decisão, sendo uma forma de comunicação entre a empresa e seus *stakeholders*. Niyama (2007, p. 15) afirma que “a contabilidade é considerada a linguagem dos negócios”.

A transparência da informação é pressuposto básico para uma maior qualidade da evidenciação contábil e o tamanho da organização pode ampliar o distanciamento da informação entre os investidores e os administradores. Nesse sentido, Lopes e Martins (2005) descrevem que nas empresas em que a propriedade e gestão são separadas, os conflitos de interesses entre os acionistas e administradores tendem a aumentar. Quanto maior a organização, com administração distinta entre o proprietário e gestor, maior pode ser o conflito entre as partes e maior será o custo de agência (MUSTAPHA; AHMAD, 2011). Para Mehdi e Seboui (2011), as empresas maiores são na grande maioria organizações mais

complexas e diversificadas em sua estrutura organizacional. Por isso, são menos transparentes em suas ações, ocasionando assimetria informacional entre os usuários e os gestores.

Percebe-se que a qualidade da informação sobre o negócio é necessária para a tomada de decisão do investidor. Nesse aspecto, a contabilidade tem papel fundamental de prestar contas do gestor para o principal. A evidenciação das informações contábeis de forma mais transparente é imprescindível para a redução da assimetria, possibilitando uma avaliação da empresa de maneira mais adequada, além da possibilidade de manter um bom relacionamento com os diversos *stakeholders* (LANZANA, 2004). A divulgação pela empresa revela as suas informações ao mercado, o que contribui e influencia a confiança e a avaliação por seus investidores, orientando-os sobre os investimentos da empresa (GAO, 2008). Nesse aspecto, não basta somente divulgar, é preciso que a informação contábil preencha os requisitos de qualidade para a decisão do principal.

Para Gallon, Beuren e Hein (2007), é necessário que as empresas melhorem a sua evidenciação contábil, no sentido de promover maior transparência dos atos da administração. Essa melhoria na evidenciação pode ser quantitativa e ou qualitativa, obrigatória e ou voluntária. Contudo, Klann e Beuren (2010, p. 4) alertam que a “assimetria de informações fornecidas aos usuários, provocada por diferenças de normatização contábil entre os países, pode prejudicar as decisões de investidores e outros tomadores de decisões”. Em busca de melhorar a avaliação das empresas e a qualidade da informação em âmbito internacional, foi promovida a convergência da contabilidade brasileira às normas do IASB (IFRS). Para Cunha et al. (2011, p. 18), o processo de convergência internacional das normas contábeis surgiu pela necessidade de “auxiliar investidores, gestores e analistas financeiros de todo o mundo a utilizar dados homogêneos e transparentes na comparação dos números e resultados das entidades”.

Dentre as diversas modificações nas normas contábeis brasileiras oriundas do processo de convergência às normas contábeis internacionais, este estudo destaca àquelas originadas pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

2.3 CPC 27- ATIVOS IMOBILIZADOS

A Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09 estabeleceram mudanças na estrutura do Balanço Patrimonial, entre elas a extinção do Ativo Permanente como grupo do Ativo,

passando os seus subgrupos (Imobilizado, Investimentos) a integrar o Ativo Não circulante, acrescido do novo subgrupo Intangível (SILVA, 2010). Para orientar as empresas, profissionais e usuários, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o CPC 27 - Ativo Imobilizado em 2009, em que orienta sobre o tratamento que deve ser dado aos bens registrados no ativo imobilizado das empresas.

Uma das principais alterações na avaliação do imobilizado foi a vedação da prática de reavaliação de ativos. Outras modificações importantes foram a necessidade de se realizar ao fim de todo exercício o teste de *impairment* e efetuar o ajuste ao valor presente dos ativos e passivos (SILVA, 2010). Além disso, “os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação devem ser revisados e ajustados” (BRAGA et al., 2011, p.111).

Para que um bem possa ser classificado no subgrupo de ativo imobilizado de uma empresa, ele deve corresponder aos requisitos estabelecidos no CPC 27, item 6:

Ativo imobilizado é o item tangível que:

- (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e
- (b) se espera utilizar por mais de um período.

Valores de Itens não corpóreos que estejam no imobilizado devem ser reclassificados para o grupo de intangíveis (BRAGA et al., 2010).

O CPC 27 enumera o que compreende o custo de um ativo imobilizado em seu item 16.

- (a) Seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- (b) Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;
- (c) A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

De acordo com Rodak (2010, p. 75), “um item do Ativo Imobilizado deve ser mantido pelo seu custo, menos a depreciação acumulada e as perdas para reduzir ao valor recuperável”. O autor acrescenta (p. 76) que “quando um bem do imobilizado é instalado e encontra-se em condições operacionais, cessa o reconhecimento de custo em seu valor contábil”.

O Quadro 1 demonstra como o CPC 27, item 6, define valor contábil, custo e valor depreciável para um ativo imobilizado.

Quadro 1 - Valor contábil, custo e valor depreciável de um ativo imobilizado

Valor Contábil	Valor pela qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumulado.
Custo	Montante de caixa ou equivalente de caixa pago ou o valor justo de qualquer outro recurso dado para adquirir um ativo na data da sua aquisição ou construção, ou ainda, se for o caso, o valor atribuído ao ativo quando inicialmente reconhecido de acordo com as disposições específicas de outros.
Valor Depreciável	Custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.

Fonte: CPC 27- Ativo Imobilizado.

Observa-se que o CPC 27, item 7, orienta que:

O custo de um item de ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se:

(a) for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade; e

(b) o custo do item puder ser mensurado confiavelmente.

Quanto à depreciação, a Lei nº 11.638/2007 estabelece que deve-se respeitar a vida útil econômica dos bens. Como vida útil econômica de um bem, entende-se o período de tempo definido tecnicamente, em que a empresa tem a expectativa de um ativo contribuir com fluxos de benefícios futuros (SANTOS, 2008). De acordo com a Lei nº 11.638/2007, a depreciação deve ser reconhecida como custo de produção. Caso a máquina ou equipamento seja utilizado na produção de produtos para o estoque, ela comporá o item de estoque. Caso o item de imobilizado for utilizado para a atividade da empresa, mas não para a produção, deverá a depreciação ser considerada como resultado. O CPC 27 descreve que o início da depreciação de um ativo ocorre a partir do momento que o bem está disponível para uso, em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração. A depreciação se encerra na data em que o ativo é transferido para venda ou quando é baixado.

Cabe à empresa definir qual o melhor meio para calcular a depreciação e deve refletir o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros do bem. Além disso, estabelece o CPC 27 que o item do ativo imobilizado deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão de consumo previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança.

Quanto aos métodos, vários podem ser utilizados para apropriar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil, como: (a) método da linha reta; (b) método dos saldos decrescentes; e (c) método de unidades produzidas.

Com observância ao período de publicação das informações contábeis, estabelece o CPC 27 que a empresa deve evidenciar nas demonstrações contábeis, para cada classe de ativo imobilizado.

- I. Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;
- II. Os métodos de depreciação utilizados;
- III. As vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;
- IV. O valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período;
- V. A conciliação do valor contábil no início e no final do período.

Desta forma, considerando-se todos esses critérios de divulgação relacionados aos ativos imobilizados constantes no CPC 27, apresentam-se na sequência os procedimentos metodológicos do estudo.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

O estudo é caracterizado como sendo uma pesquisa descritiva, pois procurou descrever a influência do nível de governança corporativa na evidenciação contábil. A coleta dos dados foi realizada por meio de pesquisa documental, a partir das notas explicativa e das demonstrações contábeis divulgadas pelas empresas do setor de Bens Industriais listadas na BM&FBovespa. A abordagem dada ao tratamento dos dados foi quantitativa, pois se aplicou cálculos estatísticos por meio da análise discriminante e correlação de *Spearman*.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A delimitação da amostra do estudo em empresas do setor de Bens Industriais listadas na BM&FBovespa foi motivada pela importância do ativo imobilizado para esse grupo de empresas. A amostra do estudo é composta por 38 empresas do setor que apresentaram informações para o ano de 2011, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 – empresa que compõe a amostra

Nr.	EMPRESA	SEGMENTO	Nível de Governança
1	Eletro Aço Altona S.A.	Máq. e Equip. Construção e Agrícolas	Tradicional (TRAD)
2	Autometal S.A.	Material Rodoviário	Novo Mercado (NM)
3	Bardella S.A.	Máq. e Equip. Industriais	Tradicional (TRAD)
4	Baumer S.A.	Máq. e Equip. Hospitalares	Tradicional (TRAD)
5	Cobrasma S.A.	Material Ferroviário	Tradicional (TRAD)
6	Contax S.A.	Serviços Diversos	Tradicional (TRAD)
7	Crsec S.A.	Serviços Diversos	Bovespa Mais (MB)
8	Csu cardsyst S.A.	Serviços Diversos	Novo Mercado (NM)
9	Dhb S.A.	Material Rodoviário	Tradicional (TRAD)
10	Dtcom-Direct S.A.	Serviços Diversos	Tradicional (TRAD)
11	Embraer S.A.	Material Aeronáutico e de Defesa	Novo Mercado (NM)
12	Forja Taurus S.A.	Armas e Munições	Nível 2 (N2)
13	Fras-Le S.A.	Material Rodoviário	Nível 1 (N1)
14	Inds Romi S.A.	Máq. e Equip. Industriais	Novo Mercado (NM)
15	Iochp-Maxion S.A.	Material Rodoviário	Novo Mercado (NM)
16	Kepler Weber S.A.	Máq. e Equip. Industriais	Tradicional (TRAD)
17	Lark maqs. S.A.	Máquinas e Equipamentos	Tradicional (TRAD)
18	Lupatech S.A.	Motores, Compressores e Outros	Novo Mercado (NM)
19	Marcopolo S.A.	Material Rodoviário	Nível 2 (N2)
20	Metal Leve S.A.	Material Rodoviário	Novo Mercado (NM)
21	Metalfrio S.A.	Equipamentos Elétricos	Novo Mercado (NM)
22	Metisa S.A.	Máq. e Equip. Construção e Agrícolas	Tradicional (TRAD)
23	Minas Máquina. S.A.	Material de Transporte	Tradicional (TRAD)
24	Nordon met. S.A.	Máq. e Equip. Industriais	Tradicional (TRAD)
25	Plascar part. S.A.	Material Rodoviário	Tradicional (TRAD)
26	Randon part. S.A.	Material Rodoviário	Nível 1 (N1)
27	Recrusul S.A.	Material Rodoviário	Tradicional (TRAD)
28	Riosulense S.A.	Material Rodoviário	Tradicional (TRAD)
29	Schulz S.A.	Motores, Compressores e Outros	Tradicional (TRAD)
30	Tupy S.A.	Material Rodoviário	Tradicional (TRAD)
31	Valid S.A.	Serviços Diversos	Novo Mercado (NM)
32	Weg S.A.	Motores, Compressores e Outros	Novo Mercado (NM)
33	Wetzel S.A.	Material Rodoviário	Tradicional (TRAD)
34	WLM Ind. Com. S.A.	Material de Transporte	Tradicional (TRAD)

Fonte: BM&FBovespa (2012)

3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os procedimentos utilizados para coleta dos dados priorizaram a análise documental. Foram verificadas as Notas Explicativas do exercício 2011 das empresas pesquisadas. Estes relatórios, por sua vez, foram obtidos no *site* da BM&FBovespa. As informações extraídas das Notas Explicativas reportam-se aos requisitos de divulgação apresentados no CPC 27, descritos no Quadro 3.

Quadro 3 – Informações a serem divulgadas sobre o ativo imobilizado

Dimensões	Item	Informações obrigatórias sobre ativo imobilizado de acordo com o CPC
Classe de ativo imobilizado	1	Critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;
	2	Métodos de depreciação utilizados;
	3	Vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;
	4	Valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução de valor recuperável acumuladas) no início e no final do período.
	5	Conciliação do valor contábil no início e no final do período.
Conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando.	6	Adições
	7	Ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em um grupo de ativos classificados como mantidos para venda - CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e outras baixas
	8	Aquisição por meio de combinação de negócios.
	9	Aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 31.40 e perdas por redução ao valor recuperável de ativos reconhecidas ou revertidas
	10	Provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado - CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
	11	Reversão de perda por redução ao valor recuperável de ativos, apropriada no resultado - CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
	12	Depreciações;
	13	Variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis da moeda funcional para a moeda de apresentação, incluindo a conversão de operações estrangeiras para a moeda de apresentação da entidade.
14	Outras alterações.	
Métodos adotados e estimativas das vidas úteis e taxas de depreciação	15	Depreciação, reconhecida no resultado, como parte do custo de outros ativos durante o período.
	16	Depreciação acumulada no final do período.
Informações relacionadas	17	Ativos imobilizados formalmente ou na essência oferecidos como garantia de obrigações e os adquiridos mediante operação de leasing - CPC 06 – Operação de Arrendamento Mercantil.
	18	Valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado

		durante a sua construção;
	19	Valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados;
	20	Valor das indenizações de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham desvalorizados, perdidos ou abandonados, incluído no resultado.

Fonte: Adaptado CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Para a análise realizou-se a atribuição de pontos aos dados obtidos, de modo a extrair o nível de atendimento das empresas aos requisitos de divulgação apresentados no CPC 27. Para tal, utilizaram-se categorias da qualidade das informações, conforme apresentado no Quadro 4, com base em modelo aplicado por Boff, Beuren e Hein (2009).

Quadro 4 - Categorias de qualidade das informações

Pontuação	Posição	Significado
7	Informação Completa	A informação prevista encontra-se presente e completa nas Notas Explicativas.
5	Informação incompleta	A informação prevista encontra-se nas Notas Explicativas, porém de maneira incompleta e/ou, deficitária.
3	Informação ausente	A informação prevista não se encontra nas Notas Explicativas.
1	Não se aplica	A empresa não necessita divulgar essa informação.

Fonte: Adaptado de Boff; Beuren; Hein (2009, p. 253).

Os pontos atribuídos para as empresas, conforme o Quadro 4, para cada item descrito no Quadro 3, foram somados e divididos pelos totais de pontos que seria possível, para cada empresa, estabelecendo-se assim uma nota de 0 a 1, sendo considerado com melhor evidenciação a empresa que apresentou nota mais próxima de 1.

Essa nota foi comparada com a listagem de governança corporativa de cada empresa, considerando os níveis de governança: Novo mercado (NM), Bovespa Mais (MB), Nível 2 (N2), Nível 1(N1). Considerando que as empresas listadas no MB devem ter o mesmo nível de governança do NM, foi atribuído para esses dois níveis um peso igual a 4, para o N2 peso 3 e para o N1 peso 2. Para as empresas do mercado tradicional (TRAD) considerou-se o peso 1, por não terem as mesmas exigências das empresas listadas nos diversos níveis de governança. Os pesos atribuídos foram considerados a variável dependente na análise discriminante.

Além da listagem da GC, considerou-se o tamanho das empresas, medido pelo ativo total, o valor em ativo Imobilizado e a receita bruta, com base nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011. De acordo Cunha e Ribeiro (2008), é destacado pela literatura que o tamanho da empresa é relevante para determinar o nível de evidenciação. Além disso,

empresas maiores tendem a receber maiores pressões para a publicação de informações adicionais. Os estudos de Diamond (1985) e Diamond e Verrechia (1991) descrevem que há expectativa de que grandes empresas tenham *disclosure* de melhor qualidade devido à tendência dos benefícios serem maiores para essas organizações

De posse desses dados foi aplicada a técnica estatística de análise discriminante, que segundo Malhotra (2004), é uma técnica de análise de dados em que a variável dependente é categórica. Nesse estudo consideraram-se os níveis de GC como variável dependente e as variáveis prognosticadoras ou independentes a nota de evidenciação, o valor do ativo total, o valor do ativo imobilizado e o valor da receita bruta de 2011.

O modelo de análise discriminante envolve combinações lineares da seguinte forma:

$$Y = \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n, \text{ Onde:}$$

Y = variável dependente, níveis de governança;

$\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_n$ = pesos que indicam a importância do Indicador de prognóstico;

X_1, X_2, \dots, X_n = variáveis independentes, nota de evidenciação, o valor do ativo total, o valor do ativo imobilizado e o valor da receita bruta de 2011.

Por fim, foi realizada uma análise estatística utilizando a correlação não métrica de *Spearman*, considerando que a distribuição dos dados não é normal, a fim de medir a associação entre as variáveis (MALHOTRA, 2004).

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Apresenta os valores do cálculo para as funções discriminantes, seus autos valores, o percentual de variância, a correlação canônica, o valor do *chi-square*, o willk's Lambda e a significância estatística.

Tabela 1 - funções discriminantes canônicas

Função	Auto valores	% de Variância	Correlação Canônica	Chi-square	Wilks' Lambda	Graus de liberdade (df)	Sig.
1	,374 ^a	62,2	0,522	15,454	0,587	12	0,218
2	,147 ^a	24,4	0,358	6,233	0,807	6	0,398
3	,081 ^a	13,5	0,274	2,261	0,925	2	0,323

^a. funções discriminantes canônicas que foram utilizados na análise.

Fonte dados da Pesquisa.

Como se observa na Tabela 1, foram definidas três funções discriminantes, sendo que a função 1 apresentou maior autovalor (0,374). De acordo com Malhotra (2004, p. 484), “para

cada função discriminante, o autovalor é a razão da soma de quadrados entre grupos para mesma soma dentro de grupos, grandes autovalores implicam funções superiores”.

Desta forma, a função 1 pode ser considerada superior, pois, representa 62,2% da variância e a correlação canônica é de 0,522. Apesar desta função não apresentar significância, como sua correlação apresentou 52,2% de associação, pode-se considerar como sendo essa função superior.

Na Tabela 2, apresenta-se a matriz estrutural que, segundo Malhotra (2004), demonstra as correlações combinadas dentro dos grupos entre variáveis discriminantes e funções discriminantes canônicas. As variáveis foram ordenadas pelo tamanho da correlação dentro da função, do maior para o menor. Com a matriz estrutural é possível descrever a fórmula da análise discriminante, com base no modelo:

$$Y = \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n$$

Tabela 2 - Matriz estrutural das funções discriminantes

Matriz Estrutural	Função		
	1	2	3
Ativo Imobilizado	0,836*	0,323	-0,185
Ativo Total	0,804*	0,142	0,177
Receita Bruta	0,724*	0,388	0,284
Nota	0,694*	-0,134	0,337

*. Maior correlação absoluta entre cada variável e qualquer função discriminante

Fonte dados da Pesquisa.

Percebe-se na Tabela 2 que a função 1 apresenta todos os valores com maior correlação absoluta ente cada variável e qualquer função discriminante. Pela ordem decrescente, nota-se que o ativo imobilizado é o que apresenta maior correlação combinada entre as variáveis, com 0,836, seguido do ativo total (0,804), receita bruta (0,724) e, por fim, a nota de evidenciação (0,694). É de se destacar que todos os valores apresentam sentido positivo. Desta forma, obteve-se a seguinte equação discriminante:

$$NGC = 0,836.AI + 0,804.AT + 0,724.RB + 0,694.NT$$

Onde:

NGC = Nível de governança corporativa (1 = NM, 2 = N2, 3 = N1, 4 = TD);

AI = Ativo Imobilizado;

AT = Ativo Total;

RB = Receita Bruta ;

NT = Nota de evidênciação.

De acordo com a equação, é possível agora discriminar as empresas em relação à classificação do nível de governança e verificar se, considerando as variáveis independentes (AI, AT, RB e NT), ocorre a reclassificação de empresas. A Tabela 3 demonstra as empresas com a sua classificação atual e o grupo reclassificado.

Tabela 3 - Reclassificação de acordo com nível de Governança

Empresas	Caso Nº.	Grupo atual	Grupo Reclassificado
Autometal	1	4	4
Bardella	2	1	4**
Baumer	3	1	1
Cobrasma	4	1	1
Contax	5	1	3**
CRSEC	6	1	1
CSU	7	4	1**
DHB	8	1	1
Dtcom	9	1	1
Electro	10	1	3**
Embraer	11	4	4
Forjas	12	3	4**
Fras-LE	13	2	1**
Ind.Romi	14	4	4
Iochpe	15	4	2**
Kepler Weber	16	1	4**
Lark	17	1	1
Lupatech	18	4	4
Marcopolo	19	3	3
Metal Leve	20	4	2**
Metalfrio	21	4	1**
Metisa	22	1	1
Minas maquinas	23	1	1
Nordon	24	1	1
Plascar	25	1	4**
Randon	26	2	2
Recrusul	27	1	1
Riossulense	28	1	1
Schulz	29	1	4**
Tupy	30	1	4**
Valid	31	4	1**
WEG	32	4	4
Wetzel	33	1	1
WLM	34	1	1

** Casos reclassificados

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 3 que várias empresas foram reclassificadas de acordo com a análise discriminante. No grupo 4 (Novo Mercado) havia inicialmente 10 empresas, mas somente 5 permaneceram na mesma classificação. As companhias que tiveram sua classificação alterada foram a CSU, Iochpe, Metal Leve, Metal frio e Valid. Por outro lado, o grupo 4 recebeu seis empresas de outros grupos, sendo cinco empresas do grupo 1 e uma do grupo 3. As empresas que foram reclassificadas para o grupo 4 foram: Bardella, Forjas, Kepler Weber, Plascar, Schulz e Tupy. O grupo passou a ter onze companhias.

O grupo 3 (Nível 2 de Governança Corporativa) estava inicialmente com duas empresas. Uma delas foi reclassificada para um novo grupo, a empresa Forjas que foi para o grupo 4. Mas o grupo 3 recebeu outras duas empresas, Contax e Electro, fechando a reclassificação com três empresas.

O grupo 2 (Nível 1 de Governança Corporativa) apresentava duas empresas, uma delas, foi reclassificada para o grupo 1, a empresa Fran-Le. O grupo 2 recebeu duas novas empresas pela reclassificação, Iochpe e Metal Leve.

Por fim, no grupo 1 (Mercado Tradicional) havia inicialmente vinte empresas. Com a reclassificação, o grupo ficou menor, com dezessete empresas, sendo que sete empresas foram para outros grupos, Bardella, Contax, CSU, Electro, Kepler Weber, Plascar, Schulz e Tupy. Enquanto quatro empresas tiveram sua reclassificação, de níveis mais elevados de governança para o grupo 1, como a CSU, Fras-LE, Metalfrio e Valid. A Tabela 4 apresenta um resumo das reclassificações ocorridas e o percentual de acerto para cada grupo.

Tabela 4 - Resumo dos Resultado da Reclassificação

Nível de Governança		Associação prevista de grupos				Total
		1	2	3	4	
Contagem Original	1	13	0	2	5	20
	2	1	1	0	0	2
	3	0	0	1	1	2
	4	3	2	0	5	10
	Total	17	3	3	11	34
%	1	65,0	0,0	10,0	25,0	100,0
	2	50,0	50,0	0,0	0,0	100,0
	3	0,0	0,0	50,0	50,0	100,0
	4	30,0	20,0	,0	50,0	100,0

a. 58,8% dos casos originais agrupados estavam corretamente classificados.

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se observar na Tabela 4 que das 34 empresas distribuídas nos 4 grupos, 14 foram reclassificadas, totalizando um percentual de 58,8% dos casos originais que não foram alterados com a reclassificação. O grupo 1 passou de 20 empresas iniciais para 17 e foi o grupo com menor percentual de troca de empresas para outros grupos, 35% saíram do grupo 1 para outros grupos. O grupo dois aumentou o número de empresas, passando de 2 para 3. O grupo 3 teve resultado idêntico ao grupo 2, passando para três empresas. O grupo 4, que estava com dez empresas passou a ter onze, sendo que saíram 5 (50%) das empresas iniciais e outras 6 ingressaram ao nível do Novo Mercado de governança corporativa.

Tais resultados demonstram que quando avaliado o nível de evidência do imobilizado dessas empresas, em conjunto com o valor do imobilizado, o ativo total e as receitas, houve uma reclassificação das empresas, demonstrando que empresas que estão em um nível de governança superior apresentaram um nível de evidência inferior ao esperado. Por outro lado, empresas que não estão listadas em níveis mais exigentes de governança corporativa apresentaram maior qualidade de evidência relativa ao CPC 27.

Por fim, foi realizada uma análise de correlação pelo método de Spearman, com o propósito de medir a associação entre as variáveis estudadas (NG, Nota, Imobilizado, Ativo Total e Receita Bruta). A Tabela 5 demonstra os coeficientes de correlação para cada variável e a significância estatística.

Tabela 5 - Correlação de Spearman entre as variáveis

Correlação de Spearman's		NG	Nota	Imobilizado	Ativo total	Receita Bruta
NG	Coefic. de correlação	1,000	,357*	,453**	,585**	,521**
	Sig. (2-tailed)	.	,038	,007	,000	,002
	N	34	34	34	34	34
Nota	Coefic. de correlação	,357*	1,000	,524**	,624**	,544**
	Sig. (2-tailed)	,038	.	,001	,000	,001
	N	34	34	34	34	34
Ativo Imobilizado	Coefic. de correlação	,453**	,524**	1,000	,870**	,855**
	Sig. (2-tailed)	,007	,001	.	,000	,000
	N	34	34	34	34	34
Ativo Total	Coefic. de correlação	,585**	,624**	,870**	1,000	,946**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	.	,000
	N	34	34	34	34	34
Receita Bruta	Coefic. de correlação	,521**	,544**	,855**	,946**	1,000
	Sig. (2-tailed)	,002	,001	,000	,000	.
	N	34	34	34	34	34

*. Correlação significativa ao nível de 0,05 (2-tailed).

** . Correlação significativa ao nível de 0,01 (2-tailed).

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 5 demonstra que há associação entre todas as variáveis, dependente e independente de forma positiva, sendo que todas se apresentaram significativas estatisticamente, pelo menos ao nível de 0,05. Verificando associação da nota de evidencição das empresas, quarta coluna (Nota), observa-se que associação com a variável dependente (NG) tem uma correlação de 0,357 (35,7%), com uma significância estatística ao nível de 0,05. Já a associação da Nota com a variável independente ativo Imobilizado é de 0,524 (52,4%), com significância ao nível de 0,01. Comparando com a variável independente Ativo total, a correlação é maior (62,4%) e significativa ao nível de 0,01. Por fim, comparando a Nota com a Receita Bruta, a correlação é de 0,544, com significância ao nível de 0,01. Desta forma, como todas as correlações foram positivas, pode-se afirmar que há associação positiva entre as variáveis, e também pode-se afirmar que quanto maior os valores das variáveis independentes maior será o nível de governança das empresas.

5 CONCLUSÃO

O estudo buscou verificar a influência da evidencição do ativo imobilizado no nível de governança corporativa das empresas do setor de bens industriais da BM&FBovespa. Para tanto foram levantadas as informações do ativo imobilizado, evidenciadas nas notas explicativas e demonstrações contábeis de 2011, de 34 empresas do setor de Bens Industriais listadas na BM&FBovespa. Os dados coletados foram tratados estatisticamente por meio da análise discriminante e da correlação de *Spearman*.

Os resultados revelaram que as empresas estudadas, listadas no Novo Mercado, Nível 1 e 2 de governança corporativa e no Mercado Tradicional da BM&FBovespa, quando comparados pelas variáveis nota da evidencição do ativo imobilizado, valor do ativo imobilizado, ativo total e receita bruta, apresentam divergências em termos de evidencição do ativo imobilizado conforme os requisitos do CPC 27.

Conforme a análise discriminante efetuada, somente 58,8% das empresas apresentaram níveis de evidencição do ativo imobilizado condizentes com o segmento de governança corporativa a que pertencem. Algumas empresas listadas em um nível mais alto de GC apresentaram níveis de evidencição inferiores, relativos a níveis mais baixos de governança corporativa.

Já quanto a associação das variáveis, medidas por meio da correlação de *Spearman*, foi observado que há associação positiva entre todas as variáveis com significância estatística.

Sendo que a Nota de evidenciação teve correlação com NG em 0,357, com o ativo imobilizado a correlação foi de 0,524, já com o ativo total a correlação foi de 0,624 e, ao fim, a correlação com a receita total foi de 0,544. sendo possível afirmar que melhores evidenciações são realizadas por empresas maiores e isso influencia positivamente o nível de governança.

O estudo apresenta a limitação de ter medido somente o nível de evidenciação do ativo imobilizado e não de todos os itens informados pelas empresas. Além disso, a nota atribuída à evidenciação foi inferida de acordo com a discricionariedade dos autores, o que pode levar a problemas de subjetividade. Outra limitação do estudo repousa no fato de que os valores das funções discriminantes não apresentaram significância estatística.

Entretanto, os resultados deste estudo servem para alertar aos usuários da informação contábil que a simples listagem em níveis de governança corporativa não garante, por si só, elevado padrão de qualidade em termos de evidenciação contábil. Além disso, outra contribuição importante do estudo está relacionada à demonstração da dificuldade enfrentada pelas empresas em atender às exigências de evidenciação dos Pronunciamentos Técnicos do CPC, neste caso em especial o CPC 27. Isso fica claro ao se constatar que mesmo algumas empresas listadas nos segmentos de governança corporativa apresentaram níveis inferiores de evidenciação do ativo imobilizado.

REFERÊNCIAS

BEUREN, I. M. BOFF, M. L. HEIN, N. Informações recomendadas pelo Parecer de Orientação nº 15/87 da CVM nos relatórios da administração de empresas familiares de capital aberto. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: FEA/USP, 2008.

BRAGA, J. P. ARAUJO, M. B. V. MACEDO, M. Á. S. CORRAR, L. J. Análise do impacto das mudanças nas Normas Contábeis Brasileiras: um estudo comparativo dos indicadores econômico financeiros de companhias brasileiras para o ano de 2007. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. v.8, n.15, p. 105-128, 2011.

BRASIL, Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm. Acesso em: 20.05.2012

BROWN, L., CAYLOR, M. Corporate governance and firm value. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 25, p. 409–434, 2006.

CARVALHO, A. G. Governança corporativa no Brasil em perspective. **Revista de Administração**, v. 37, n. 3, p.19-32, 2002.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.** Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055. Acesso: 20.05.2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n, 1.055/05, de 7 de outubro de 2005.** Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e dá outras providências. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055. Acesso: 20.05.2012.

CREMERS, M., NAIR, V. Governance mechanisms and equity prices **Journal of Finance**, v.60, p. 2859–2894. 2005.

CUNHA, J; RIBEIRO, M. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração Eletrônica - RAUSP**, v.1, n.1, p. 1-23, 2008.

CUNHA, P.R.; PAMPLONA, S.; BEUREN, I. M.; KLANN, R. C. Compliance of the asset control software to the precepts of CPC 27 and ICPC 10. In: CONTECSI, 8., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: CONTECSI, 2011. CD-ROM.

DIAMOND, D. Optimal realease of informations by firms. **Journal of Finance**, v. 40, p. 1071-1094, 1985.

DIAMOND, D. VERRECCHIA, R. Disclosure, liquidity and the cost of capital. **Journal of Finance**, v. 46, p. 1325-1360, 1991.

GALLON, A. V.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Análise da relação entre evidenciação nos relatórios da administração e o nível de governança das empresas na Bovespa. **Revista de Informação Contábil**, v. 1, n.2, p.18-41, out-dez/2007.

GAO, P. Disclosure Quality, Cost of Capital, and Investors' Welfare. **MPRA - Munich Personal RePEc**. 2008. Disponível em: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/9478/MPRA> Acesso em: 01 set. 2012.

GONÇALVES, R. S. WEFFORT, E. F. J. PELEIAS, I. R. GONÇALVES, A. O. Social *Disclosure* das empresas brasileiras listadas na NYSE e na BOVESPA: sua relação com os níveis de governança corporativa. **Revista Contemporânea de Contabilidade RCC**, UFSC, Florianópolis, ano 05, v.1, nº 9, p. 71-94, Jan./Jun. 2008.

HENDRIKSEN E. S. VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5 ed. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades : de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo : Atlas, 2010. xxviii, 794 p, il.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency, costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305, Oct., 1976.

JORDÃO, R. V. D. SOUZA, A A. LÉLIS, D. L. FERREIRA, R. M. Impactos da governança corporativa e da estrutura de controle na consolidação de demonstrações financeiras em combinações de negócios: o estudo de caso da copel. **Revista Universo Contábil**, FURB, v. 5, n.3, p. 82-98, 2009.

KLANN, R. C. BÉUREN I. M. Reflexos das divergências entre IFRS e US GAAP na evidenciação contábil. **Advances in Scientific and Applied Accounting - ASAA**, v.3, n.1, p. 2-40, 2010.

LANZANA, A. P. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 165 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de São Paulo (USP), 2004

LANZANA, A. P.; SILVEIRA, A. M.; FAMÁ, R. Existe relação entre disclosure e governança corporativa no Brasil? In: ENANPAD, 30., 2006, Salvador/BA. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2007.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Caderno de Estudos**, FIPECAFI, São Paulo, Edição Comemorativa, set. 2006.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3 ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2004.

MARTINS, V. A.; SILVA, R. L. M.; NARDI, P. C. C. Governança corporativa e liquidez das ações. In: ENANPAD, 30., 2006, Salvador/BA. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

MEHDI, I. K. El; SEBOUI, S. Corporate diversification and earnings management. **Review of accounting and finance**. v. 10, n. 2. p. 176-196, 2011.

MOTA, N. R.; CKAGNAZAROFF, I. B.; AMARAL, H. F. Governança corporativa: estudo de caso de uma organização não governamental. **Cadernos Gestão Social**, v. 1. n. 1. Ed. Especial, p. 1-16, 2007.

MUSTAPHA, M. AHMAD, A. C. Agency theory and managerial ownership: evidence from Malaysia. **Managerial Auditing Journal**. v. 26. n. 5. p. 419-424, 2011.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. 1. ed. – 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

OKIMURA, R. T. **Estrutura de Propriedade, Governança Corporativa, Valor e Desempenho das Empresas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Administração – Programa

de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2003. 241 p.

PAIK, G. The Value Relevance of Fixed Asset Revaluation Reserves in International Accounting. **Internacional Management Review**, v. 5. n. 2, p. 73-80, 2009.

RABELO, F. e SILVEIRA, J. M. **Estruturas de governança e governança corporativa: avançando na direção da integração entre as dimensões competitivas e financeiras**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 77, 1999. Disponível em: www.eco.unicamp.br/publicacoes/textos/download/texto77.pdf

RODAK, E. L. **Alinhamento do manual de contabilidade dos concessionários rodoviários da ANTT às normas nacionais e internacionais de contabilidade**. (Dissertação Mestrado) Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Área de Concentração Contabilidade e Finanças. Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba-PR. 2010.

SANTOS, E. S. Análise dos Impactos dos CPC's da Primeira Fase de Transição para o IFRS nas Empresas Abertas: um Exame Censitário dos Ajustes ao Resultado nas DFPs de 2008. In: ENANPAD, 34º, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R.W. A survey of corporate governance. **Journal of Finance**. v. 52, p. 737-783, 1997.

SIFFERT FILHO, N. F. Governança corporativa: padrões internacionais e evidências empíricas no Brasil nos anos 90. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro. V.5, n.9, p. 123-46, 1998.

SILVA, A. A. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SIRQUEIRA, A. B. **Governança corporativa e otimização de portfólios: A relação entre risco e retorno e boas práticas de governança**. 2007. 113f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.